

RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA ____ VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA
COMARCA DE _____

REQUERENTES:

_____, brasileiro(a), estado civil
_____, profissão _____, portador(a) do RG nº _____,
inscrito(a) no CPF sob nº _____, residente e domiciliado(a) na Rua
_____, nº _____, bairro _____, cidade
_____, Estado _____, CEP _____,

e

_____, brasileiro(a), estado civil
_____, profissão _____, portador(a) do RG nº _____,
inscrito(a) no CPF sob nº _____, residente e domiciliado(a) na Rua
_____, nº _____, bairro _____, cidade
_____, Estado _____, CEP _____,

ambos por seus advogados que esta subscrevem, com endereço profissional na Rua
_____, nº _____, bairro _____, cidade
_____, Estado _____, CEP _____, onde recebem intimações, vêm,
respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, propor o presente

AÇÃO DE RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL

em face dos fatos e fundamentos jurídicos que passam a expor:

I – DOS FATOS

Os requerentes convivem em união estável pública, contínua e duradoura, estabelecida com o objetivo de constituição de família, conforme disposto no artigo 1.723 do Código Civil brasileiro.

A convivência iniciou-se em data anterior a esta ação, tendo os requerentes compartilhado vida em comum, com mútua assistência, respeito e comunhão de interesses, conforme prova documental anexada.

O relacionamento não possui impedimentos legais, estando ambos plenamente capazes para contrair união estável.

II – DO DIREITO

O artigo 1.723 do Código Civil dispõe que é reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família.

Ainda, a Constituição Federal, em seu artigo 226, §3º, reconhece a união estável como entidade familiar, garantindo-lhe proteção jurídica.

A Lei nº 9.278/96 regula os direitos e deveres decorrentes da união estável, assegurando reciprocidade de direitos e deveres entre os companheiros, especialmente no que tange à coabitação, assistência, guarda e sustento.

III – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se a Vossa Excelência:

1. O reconhecimento judicial da união estável entre os requerentes, declarando seus efeitos jurídicos a partir da data do início da convivência;
2. A expedição de mandado para registro do reconhecimento em cartório, se necessário;
3. A concessão dos benefícios da justiça gratuita, caso preenchidos os requisitos legais;
4. A condenação do requerido ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, se houver resistência à presente ação.

IV – DAS PROVAS

Protesta-se pela produção de todas as provas admitidas em direito, especialmente documental, testemunhal e pericial, caso necessário.

Nestes termos,
Pede deferimento.

_____, _____
Local e data

Advogado(a)
OAB/___ Nº _____

Fonte original deste documento:

<https://modelo-jus.com/reconhecimento-de-uniao-estavel/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://modelo-jus.com>

Mais modelos

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.
Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.
Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.